

## Comunidade e Política

SILVA, Agostinho da. Comunidade e Política.

*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 Set. 1957.

Há povos fáceis, os quais para serem conduzidos não precisam senão de políticos para quem exista o entendimento técnico suficiente dos benefícios que podem prestar uma boa administração e aquele bom senso fundamental que distingue economia de esbanjamento e paz de guerra. Sem querer de modo algum pôr a idéia de que haja homens aos quais apenas coube promover como que o desenvolvimento físico da humanidade, é fora de dúvida que algumas das nações, por uma circunstância ou outra, vieram a especializar-se; e um grupo inteiro, o da chamada Europa, depois estendida, pela emigração, à América do Norte, e, pela revolução, aos povos russos, tomou sobre si o inventar da filosofia, da ciência e da técnica; atividades que têm raízes comuns em não serem atividades de massa, em não conduzirem a coisa alguma para além de si próprias e, ainda, em só terem sido possíveis na medida em que uma civilização greco-romana se impôs a partir de Maratona e, depois da Alta Idade Média, voltou com Platão e Aristóteles, marcou vitória no Renascimento e impôs o contraditório estado de coisas em que povos pretensamente cristãos na realidade desprezam a Judéia e a Europa do ocidente papal.

Espírito de professor, banqueiro ou engenheiro serve perfeitamente para levar esses povos pelo caminho que é o seu e em que lhes compete organizar tudo o que a humanidade vai necessitar de material. Eles querem ser felizes, não mais; o seu ideal, fazendo história, é, no fundo, o de não a terem; francês, abandonado a si mesmo, teria um gosto perfeito se lhe fosse possível estabelecer um pé-de-meia na eternidade; daríamos à alma desencarnada do germano, como recompensa do seu trabalho no mundo, contemplar a idéia pura da eficiência; e ao americano, resumo de todos, daríamos como ideal ter todo o tempo ao seu dispor para não ter tempo. E o que os salva, o que os prende ainda ao resto da humanidade é que nem todos têm efetivamente sido felizes: tem havido pela história fora o lamento dos pobres, mas esse acabará em breve; e, namorados, santos e artistas têm sido, neste seu mundo de tempo e espaço e de homem virado a homem, o sinal da Eternidade e de Deus. Sem pobres e sem aqueles que o Amor prendeu já há muito os teríamos deixado de reconhecer como pertencendo à espécie humana: porque talvez a Circe homérica não seja mais do que um símbolo

dos perigos que iam correr os que principiavam sua história destruindo cidades cujo crime único era o de ter mais respeito pela beleza do que pela lei.

Se, porém, nos voltamos para povos como o português e o espanhol, e refiro-me aqui indistintamente a todos os povos de línguas portuguesa ou espanhola, já a questão se nos apresenta de uma forma inteiramente diversa. O administrador puro não nos interessa; a nossa idéia, no fundo, é a de que, para a mesma tarefa, poderíamos ter alugado um holandês ou um checo, e daí a nossa tantas vezes impensada confiança no técnico estrangeiro; não nos interessa o pensador de conceitos gerais e não teríamos como título máximo de glória para um político ter proferido, ante os mortos da guerra, o louvor dos que tombaram por Atenas; e muito menos nos interessa ainda o liberal meio cético que cria Impérios a partir de clubes e deles deixa, quando acabam, o que havia dantes, só com mais telefones e um pouco mais de pedantismo.

Queremos em primeiro lugar que os nossos políticos tenham fé no valor que representam os povos que vão governar. Não nos serve o enamoramento do estrangeiro, embora não nos repugne a sua utilização naquilo em que nós próprios temos de resolver os nossos problemas de caráter material, mas o que não admitimos nunca é que nos meçam atraso pelo que é para os outros adiantamento; não progredimos tanto como eles e no mesmo campo que eles; mas gostamos de que nos lembrem, quando nós próprios às vezes o esquecemos, que não nos deixamos corromper profundamente pelo que trouxe consigo o domínio da Europa sobre o mundo, e que, do lado português, guardamos a idéia de possibilidades de vida lírica na terra e, do lado espanhol, a convicção de que só precisamos de governos porque houve o pecado original. Não avançamos no material tanto como as outras nações; porém perdemos menos do que elas o que é mais essencial: lembrança e desejo de um Paraíso que, pelos erros, se perdeu e, pelos acertos delas, nunca mais se veria.

Se esta é a fé basilar que exigimos do político, fé no valor intrínseco da comunidade, teremos como seu complementar o gosto de saber que o membro de governo tem aquela espécie de ascese que vem não de se negar, o que é de qualquer modo dar por si mesmo, mas de se não perceber como destacado do conjunto ou, por outras palavras, como destacado de Deus. O ideal de nossa gente vai à formação de um político que tenha os gostos comuns no que eles possuírem de melhor, e seja ao mesmo tempo o ponto cardeal a que prefeririam rumar; tem de ser um santo e tem de ser um santo popular: Santo António, neste sentido, foi político, exatamente como Santa Teresa; ou, para tomar o outro lado da questão, como foram santos, Afonso X ou Nuno Álvares ou Marti ou o Alferes de Minas. Mas detestamos os santos por orgulho, hipocrisia ou desdém. Ou os que desprezam os bens do mundo porque não os sabem tomar.

Depois, a questão de, lendariamente ou não, bailar com o povo de Lisboa e assistir, às vezes um pouco miudamente, a exames e concursos, faz parte do que exigimos do verdadeiro político. Do lado europeu, prova-se que se é comunitário quando, ao entrar-se na política, se principia por fazer parte da junta que governa o bairro, embora com a ambição de ser Presidente ou Par. Isso, porém, é demasiado mesquinho para quem verdadeiramente fala ou português ou espanhol: o nosso ideal seria o de principiar governando o País inteiro, mas, depois, com muito gosto, numa espécie de aposentadoria, daríamos nossas opiniões sobre o campanário da aldeia. O que marca entre nós o gosto do comum é que nos repugna o governar rebanhos de gente; queremos que o político esteja conosco, ao mesmo tempo que vai à nossa frente; queremos que seja humilde e grande. E queremos afinal que nos ame com aquele verdadeiro Amor que consiste em amar o Amado tal como ele é e, simultaneamente, como virá a ser quando, por nosso Amor, tudo o que é surgir. É também, na realidade, como o amamos a ele: com seus acertos e seus erros, suas fraquezas e suas valentias; como é; e, ao mesmo tempo, como poderia ser se nós próprios, tantas vezes, lhe não impedíssemos o caminho.

Só com políticos deste tipo poderá o mundo ibérico vir a ser o que é de seu destino, mas o tempo retarda. E poderíamos pensar aqui que é então de nossa essência esperar que o chefe seja para que sejamos, o que poria o sebastianismo como essencial em nossa evolução histórica; certamente o é: só por essa fé, e por essa fé messiânica, poderíamos explicar que nas épocas áureas tivéssemos estado tão intrinsecamente unidos a muçulmanos e a judeus. Só que sebastianismo é apenas corrupção de messianismo: é o pessimismo que vem da corrupção do ótimo e nos faz depois aceitar como Messias todo o ambicioso e todo o aventureiro. Essa linha mestra não se mostra nítida depois de Alcácer-Quibir; onde ela esplende é no momento em que o povo de Lisboa, querendo um Messias, o fabrica; e a partir de barro tão frágil como o de D. João.

Diremos talvez que estamos demasiado longe de um ideal desta espécie. E sempre estaremos enquanto o julgarmos, enquanto todas as nossas forças de espírito se não empregarem totalmente na contemplação deste sonho de um realizador de todos os outros sonhos. Tão completamente o temos de fazer que haja para ele depois a mais bela e a mais difícil de todas as tarefas: a de se ver apenas como um servidor do comum. Não foi feita a nossa gente para ser, em conjunto, discípula de um Mestre: a sua Missão é a de mostrar como é possível haver mestres, e serão eles os melhores, que sejam discípulos dos discípulos; servos dos servos.